

BB DTVM

Demonstrações

Contábeis

Exercício 2020



BANCO DO BRASIL



Sumário

| | | |
|--|-------|-----------|
| Mensagem do Diretor-Presidente | | 3 |
| Destaques 2020 | | 4 |
| A Empresa | | 5 |
| Governança Corporativa | | 5 |
| Desempenho Econômico Financeiro | | 6 |
| Ações Estratégicas | | 8 |
| <i>Premiações</i> | | 8 |
| <i>Certificações</i> | | 8 |
| <i>Novos Produtos</i> | | 9 |
| Sustentabilidade | | 9 |
| Gestão de Riscos | | 11 |
| <i>Risco de Mercado</i> | | 11 |
| <i>Risco de Liquidez</i> | | 11 |
| <i>Risco de Crédito</i> | | 11 |
| <i>Riscos Corporativos</i> | | 12 |
| Agradecimentos | | 13 |



Mensagem do Diretor-Presidente

Embora o ano de 2020 tenha trazido inúmeros desafios, nossos números mostram o compromisso que temos para com nossos clientes. Seguimos crescendo nosso patrimônio líquido gerido, entregando rentabilidade aliada a um desejo contínuo de proporcionar a nossos investidores uma experiência personalizada no que diz respeito à gestão de seus recursos. No contexto da pandemia, buscamos preservar a saúde de todos os nossos colaboradores, readequando nossas atividades para o trabalho remoto, mas mantendo a mesma excelência do presencial. Além disso, procuramos fortalecer ainda mais nossa comunicação, trazendo, através das redes sociais, muito conteúdo sobre fundos de investimento, além de outros temas como, por exemplo, os critérios ASG (ambientais, sociais e de governança corporativa).

Mas não paramos por aí. Num contexto de menor patamar histórico da Selic, estamos, constantemente, revisitando nossos produtos, a fim de gerar maior eficiência. Desta forma, conjugamos a alta especialização de nossos colaboradores a inovações tecnológicas, otimizando nosso portfólio com opções de maior valor agregado. E tudo isso, observando as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para 2021, mantemos nosso compromisso de aperfeiçoar nossa gestão, com foco em nossos clientes, de forma a retribuir toda confiança e preferência em nós depositadas.

Tenho a satisfação de compartilhar com vocês o nosso relatório de administração 2020.

Boa leitura a todos!

Aroldo Salgado de Medeiros Filho
Presidente da BB DTVM



Destaques 2020

| CAPITAL FINANCEIRO | 2020 | 2019 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro Líquido | R\$ 1.545,0 MM | R\$ 1.377,8 MM |
| Margem Operacional ¹ | 88,50% | 89,28% |
| Índice de Eficiência ² | 4,73% | 5,02% |
| Ativos sob gestão (<i>market share</i>) – Ranking ANBIMA | 20,18% | 20,04% |
| CAPITAL HUMANO | 2020 | 2019 |
| Índice de satisfação – Pesquisa GPTW (<i>Great Place to Work</i>) ³ | 77 | -- |
| Investimento em pessoal (Treinamento) | R\$ 1,1 MM | R\$ 1,0 MM |
| SUSTENTABILIDADE | 2020 | 2019 |
| Ativos sob cobertura ASG | R\$ 3.146,1 MM | R\$ 1.799,4 MM |

¹ Margem Operacional – fórmula: Resultado Operacional / Receitas de Prestação de Serviços.

² Índice de Eficiência – fórmula: Despesas Administrativas / (Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Receitas de Prestação de Serviços + Outras Receitas Operacionais + Outras Despesas Operacionais).

³ Pesquisa iniciada em 2020.



A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2020, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas.

Somos líderes desde 1994 na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Contamos com uma equipe de 292 profissionais (dotação em 31.12.2020) de alto nível de qualificação e comprometimento, e estruturamos fundos de investimento destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2020, registramos um patrimônio líquido sob administração de R\$ 1.177,1 bilhões e 23,39% de participação de mercado.

Na Gestão de Recursos de Terceiros, destacamo-nos como a maior gestora do país, registrando volume total de R\$ 1.173,3 bilhões e *market share* de 20,18%, conforme Ranking de Gestão da ANBIMA de dezembro/2020.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, gerimos e administramos R\$ 62,5 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, encerramos o ano de 2020 com um crescimento de 11,48% no volume administrado de recursos de terceiros, em relação ao encerramento de 2019 (R\$ 1.055,9 bilhões).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Enquanto subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adotamos as melhores práticas de governança. Possuímos Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Respeitamos a segregação de atividades conforme prescrito pela Comissão de Valores Mobiliários. Possuímos, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão e utilizamos, por compartilhamento, a estrutura de Auditoria Interna do BB S.A.

Por decisões das Assembleias Gerais de Acionista de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderimos aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e de Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN nº 3.198/2004, CMN nº 3.921/2010, Decreto nº 8.945/2016 e CMN nº 4.557/2017, respectivamente.

Adotamos o modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, e contamos com comitês internos de instâncias deliberativas. Acreditamos que decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades. Dentre os comitês, destacamos o Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos que visa identificar e analisar riscos e definir ações de controle e monitoramento, o que reduz a probabilidade de que um evento negativo impacte os objetivos da BB DTVM.

Nosso compromisso com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador, é reforçado por meio da adoção das boas práticas de governança e monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos nossos negócios e atividades, incluindo as políticas da empresa. Desde 2010 participamos do PRI e, em 2016, aderimos, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – *Stewardship*.



A Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S/A, para o período 2020-2024, está alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil. O Mapa Estratégico representa as perspectivas que valorizamos, e a dimensão Sustentabilidade permeia todos os objetivos estratégicos da companhia.

Em 2019, atingimos a nota máxima no Indicador de Governança IG-Sest, atestando o Nível 1 de qualidade de governança da empresa.

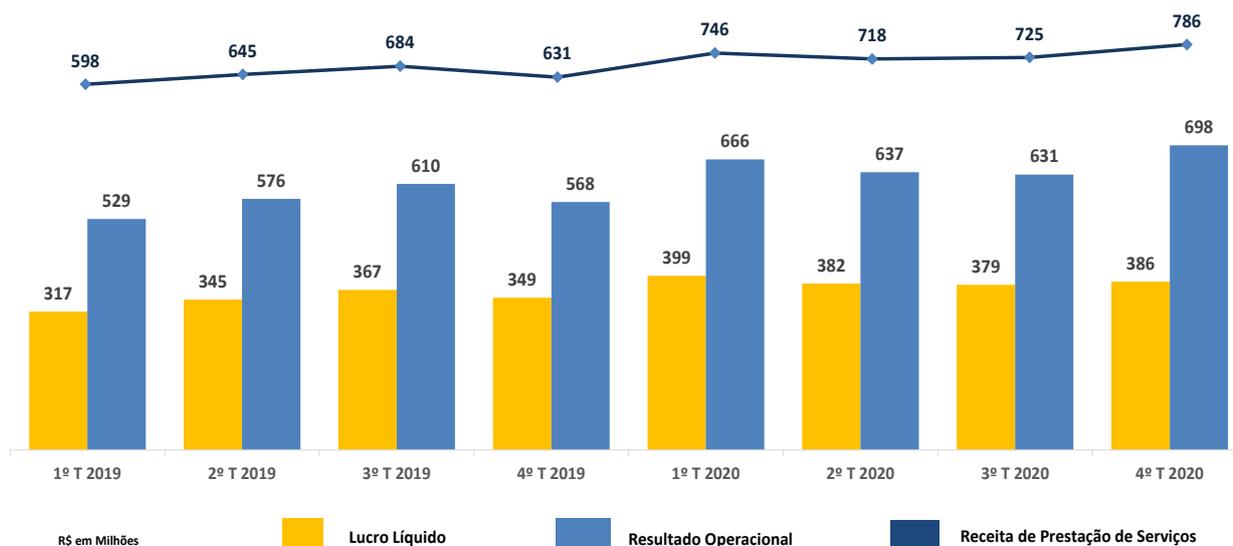
Em 2020, mantemos nosso compromisso com o fortalecimento da governança da BB DTVM, destacando a responsabilidade socioambiental, conformidade, transparência e prestação de contas. Foram aprovadas ou revisadas no presente ano pelo Conselho de Administração: (i) Gerenciamento de Risco Operacional; (ii) Gestão da Continuidade de Negócios da BB DTVM; (iii) Gestão de Risco de Estratégia; (iv) Gestão de Riscos de Reputação; (v) Identificação de Clientes da BB DTVM; (vi) Indicação e Sucessão de Administradores (Adesão à Política do BB); (vii) Política de Privacidade para o site BB S.A.; (viii) Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Banco do Brasil; (ix) Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores; (x) Responsabilidade Socioambiental; (xi) Risco Legal; (xii) Segurança da Informação e Cibernética; (xiii) Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e de Serviços (Adesão à política do BB); (xiv) Transações com Partes Relacionadas; (xv) Gestão de Risco de Crédito da Carteira Própria, Gestão de Risco de Mercado dos Recursos da Carteira Própria da BB DTVM e Risco de Liquidez dos Recursos da Carteira Própria; (xvi) Investimento dos Recursos Próprio; (xvii) Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo Risco de Crédito da Contraparte (RCC) e de Concentração, em Fundos de Investimento sob a Gestão da BB DTVM; e (xviii) Gestão de Risco de Mercado e de Liquidez da BB DTVM para Fundos da BB DTVM para FI e Carteiras Administradas.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Embora o ano de 2020 tenha sido marcado por uma crise sem precedentes, procuramos transformá-la em grandes oportunidades, aliando o comprometimento e a expertise de nossos colaboradores às inovações tecnológicas, de forma a atingir nosso principal compromisso: a busca constante pela entrega do melhor resultado para nossos investidores. Desta forma, finalizamos o ano com crescimento em nossos principais indicadores, conforme nossos destaques abaixo.

Encerramos o exercício de 2020 com lucro líquido de R\$ 1.545,0 milhões, resultado 12,1% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O nosso resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 2.632,1 milhões, contra R\$ 2.283,2 milhões no ano anterior, com incremento de 15,3%.

O lucro líquido corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da empresa, após o desconto de impostos e participações nos lucros. O resultado operacional representa aquilo que a empresa lucrou com suas atividades de gestão e administração de recursos de terceiros, já deduzidas as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.





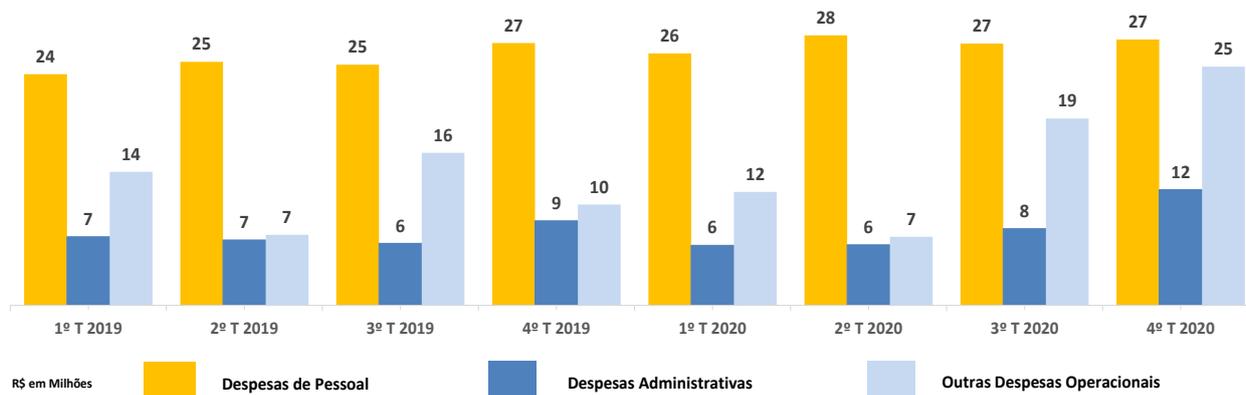
As nossas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias acumuladas em 2020 totalizaram R\$ 2.974,3 milhões, contra R\$ 2.557,4 milhões no ano anterior, um aumento de 16,3%, devido, principalmente, ao incremento em nosso patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), resultante da variação do valor dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras e da captação de recursos, além de operações com empresas integrantes do conglomerado financeiro liderado pelo Banco do Brasil.

As despesas operacionais da empresa envolvem gastos com a manutenção de sua estrutura administrativa, a remuneração dos funcionários, entre outros dispêndios relacionados às suas operações.

O crescimento das despesas operacionais, na ordem de R\$ 26,3 milhões, representou um incremento de 14,8% em relação a 2019, decorrente, principalmente, do incremento:

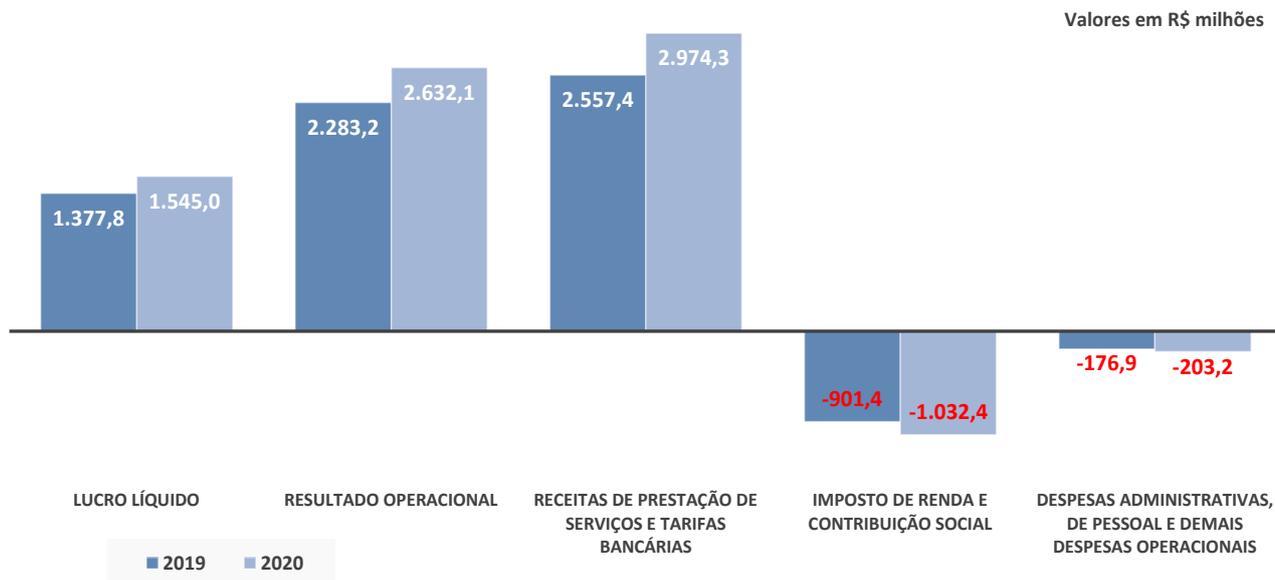
- R\$ 11,2 milhões nas despesas com Patrocínio a Cultura;
- R\$ 8,3 milhões nas despesas com aprovisionamentos e ajustes patrimoniais, sobretudo em função de constituição de provisões de Passivos Contingentes no valor de R\$ 10,9 milhões, ora revertida nas Outras Receitas Operacionais com a adesão ao programa Concilia Rio; e
- R\$ 7,4 milhões nas despesas de pessoal, em função do aumento salarial decorrente da negociação coletiva ocorrida em setembro e à elevação da contribuição patronal à Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI), em virtude da aprovação de seu novo Estatuto, para cumprimento da Resolução CGPAR nº 23.

No gráfico a seguir, temos a composição de nossas despesas operacionais:



O volume total de nossas despesas administrativas e operacionais, frente à evolução das nossas receitas resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, e as receitas operacionais, deduzidas das outras despesas operacionais, passando de 5,02% em dezembro/2019 para 4,73% para o mesmo período de 2020.

O gráfico abaixo apresenta os principais componentes do resultado dos exercícios de 2019 e 2020:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2020 como “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o ano de 2020, destacamos:

- Realizamos as ações de capacitação e apoio à força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;
- Investimos continuamente em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos colaboradores, proporcionando ações educacionais *lifelong learning*, que contribuem para melhorar a experiência do funcionário, refletindo em maior eficiência e melhores resultados para a empresa. Em 2020, todos os funcionários receberam alguma capacitação, entre elas: cursos externos de conhecimentos técnico e competências comportamentais, especialmente gerenciais; bolsas de pós-graduação e mestrado, além de palestras e workshops com uma combinação de conteúdos práticos e teóricos. Houve a indução pela capacitação em temas relacionados à Agilidade e Inovação. Atualmente, contamos com 229 profissionais CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA Série 20); 26 profissionais CEA (Certificação para Especialista em Investimento Anbima); 93 profissionais CGA (Certificação de Gestores Anbima); 34 profissionais certificados em CFP (Certified Financial Planner); 3 profissionais CFA (Chartered Financial Analyst); e 1 profissional FRM (Financial Risk Management).
- Participamos ativamente de eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e para clientes e potenciais clientes institucionais, com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas;
- Realizamos eventos exclusivos com clientes de diversos segmentos com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos, criar uma experiência positiva e agradável para estes clientes e oferecer soluções em fundos de investimento adequadas às suas necessidades e expectativas;
- Na distribuição por Conta e Ordem, pela qual iniciamos a comercialização de nossos fundos através de corretoras e plataformas de investimento em 2019, terminamos o ano de 2020 com 5 parcerias de distribuição ativas: BTG Digital, Easyinvest, Modal Mais, Necton e Ativa, e 6 fundos de investimento sendo distribuídos nestes canais.



PREMIAÇÕES:

- a) Ranking Exame – Onde Investir 2020 – Revista Exame (Edição 1201– 22/01/2020) – Melhor gestor de Fundos Renda Fixa;
- b) Ranking Melhor Banco para Investir – IstoÉ Dinheiro (Edição 1157 - Fevereiro/2020) – 2º Colocado na categoria Ações;
- c) Melhores Fundos para Institucionais – Revista Investidor Institucional (Edição 323 – Março/2020) – 20 fundos de investimento considerados Excelentes;
- d) TOP Asset – Revista Investidor Institucional (Edição 324 – Abril/2020) – Melhor Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Exclusivos e FIDC.
- e) Melhores Fundos para Institucionais – Revista Investidor Institucional (Edição 328 – Agosto/2020) – 30 fundos de investimento considerados Excelentes;
- f) TOP Asset – Revista Investidor Institucional (Edição 329 – Setembro/2020) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Fundos Exclusivos e FIDC.

CERTIFICAÇÕES:

- a) Desde 2006, possuímos o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em janeiro de 2020, a *Moody's* revalidou sua visão sobre a excelente gestão de ativos da BB DTVM. Considerou que a BB DTVM possui uma excelente infraestrutura de investimento, com gerenciamento de portfólio em tempo real, controles de risco e sistemas de conformidade. Consideram que a BB DTVM tem uma exposição muito baixa ao risco de interrupção dos negócios;
- b) Em agosto de 2020, a *Fitch Ratings* reafirmou a nota “Excelente”, considerada máxima em uma escala de 5 níveis. Segundo a *Fitch*, a BB DTVM possui capacidade de investimento e características operacionais muito fortes, um processo de investimento robusto e bem disciplinado, e forte geração de receitas e lucratividade. Também considera a estrutura organizacional bem segregada e segmentada, a equipe experiente e a robusta estrutura de risco e controles;
- c) Desde 2012, o nosso processo de análise de risco de crédito possui a "Certificação Internacional ISO 9001" para seu Sistema de Gestão da Qualidade, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015;
- d) Em junho de 2020, a BB DTVM recebeu o selo *Great Place to Work* (GPTW), como um dos melhores lugares para trabalhar. O selo é resultado do trabalho da BB DTVM em suas práticas de Gestão de Pessoas, na disseminação da Cultura de Inovação e de uma Liderança Participativa

NOVOS PRODUTOS:

- a) No 2º semestre de 2020, 106 novos fundos foram lançados: 29 para o segmento Private, 43 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 12 para Varejo; 1 para Corporate; 2 para EFPC/RPPS (Entidade Fechada de Previdência Complementar/Regimes Próprios de Previdência Complementar); e 3 para distribuição por conta e ordem; além de 16 novos fundos de trabalho;
- b) Destacamos, entre os lançamentos, os fundos: BB Fundos de Fundos – Fundo de Investimento Imobiliário, BB ETF Ibovespa Fundo de Índice e BB Multimercado Carteira Plus, sendo os dois primeiros negociados em ambiente de Bolsa;



- c) Ampliamos o portfólio de fundos que alocam no exterior, com os fundos: BB Ações US Biotech BDR Nível I, BB Ações Globais Ativo BDR Nível I, BB Ações Asiáticas BDR Nível I, BB Ações Europeias BDR Nível I e BB Ações Emergentes BDR Nível I, disponíveis para investimento por todos os segmentos de clientes, ampliando as oportunidades de diversificação internacional do portfólio para clientes do Banco do Brasil SA;
- d) Ampliamos a grade de produtos disponíveis para distribuição por corretoras, por meio da modalidade por conta e ordem, com a criação do BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I, BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15 e BB Asset Ações Nordea Global Climate firmando novos contratos de distribuição, passando a disponibilizar os fundos da BB DTVM em 5 corretoras/plataformas de investimento;
- e) Ampliamos a grade de arquitetura aberta para o segmento Varejo e Private com o lançamento dos fundos: BB Espelho Ações Truxt Valor Private, BB Espelho Multimercado Legacy Capital Private, BB Espelho Ações Leblon, BB Espelho Multimercado Occam Equity Hedge, BB Espelho Multimercado Canvas Vector.
- f) Para o segmento de EAPC realizamos o lançamento de novos produtos para famílias de estratégias multimercado e renda fixa para a Brasilprev;
- g) Por fim, cabe mencionar o lançamento de um fundo de trabalho de investimento no exterior, com estratégia de investimento em commodities, ampliando ainda mais a capacidade de diversificação dos fundos Multimercado da BB DTVM.

SUSTENTABILIDADE

Alinhados aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas.

Participamos do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, participamos do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima, criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Reconhecemos os padrões de Melhores Práticas de Governança como forma de melhoria do ambiente de negócios e geração de valor de longo prazo para as companhias e todas as suas partes interessadas em nosso processo de avaliação de investimentos.

Adotamos, em nossos processos de avaliação dos ativos investidos pelos Veículos de Investimento, metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) considerando diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área. O resultado da análise influencia diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, todos os limites de emissores corporativos já são impactados da análise ASG.

Quanto ao Exercício de Direito de Voto em Assembleias pelos Veículos de Investimento, seguimos as práticas definidas pelo Código da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, no que tange à avaliação das matérias relevantes obrigatórias. Em alguns casos, de forma excepcional e sempre no interesse do cotista, avaliamos itens considerados como não obrigatórios, como, por exemplo, remuneração dos administradores.

Possuímos, também, metodologia própria para a habilitação dos candidatos indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal, influenciando ativamente na melhoria de governança das companhias investidas pelos Veículos de Investimento.

Em atendimento às Resoluções CMN nº 4.327 e nº 4.557, em novembro de 2019, aprovamos a segunda versão da Política de Responsabilidade Socioambiental da BB DTVM.



Assinamos a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o *The Generation Foundation*. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Em 2018, a empresa aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (*Women’s Empowerment Principles – WEPs*), criados pela ONU Mulheres em parceria com o Pacto Global. Os WEPs são um conjunto de medidas que ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visam a equidade de gênero e o empoderamento feminino.

Atualmente, administramos dez fundos de investimento com características ASG.

O BB RF Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais.

O fundo BB Multimercado Global Green Private busca investir em ativos que possuem temática relacionada à sustentabilidade, meio ambiente, além do tratamento e beneficiamento da água.

O BB Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da B3.

Os fundos BB Ações Equidade Private, BB Ações Equidade e BB Asset Ações Equidade buscam agregar na construção da estratégia de investimento a temática da equidade de gênero, utilizando como critério de elegibilidade a adesão das empresas ao WEP da ONU, que considera aspectos como a participação de mulheres em cargos de gerência, executivos e no Conselho de Administração, além de análise que leva em consideração as dimensões ambiental, social e de governança.

O BB Multimercado LP Global Vita Private traz para a estratégia de gestão da carteira as temáticas de longevidade e qualidade de vida.

O BB Ações ESG Globais BDR Nível I possui uma carteira composta por empresas estrangeiras que atendam os critérios da temática ESG (ambiental, social e governança corporativa) e busca acompanhar o índice MSCI USA Extended ESG Focus Index (em reais).

O BB Ações Sustentabilidade, com carteira composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais, destinando 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, cujos recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA.

O BB Ações Carbono Sustentabilidade acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e pela B3, composto por ações das companhias participantes do IBRX-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.



A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

| Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões) | | |
|---|-----------------|-----------------|
| Fundo | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| BB Ações Sustentabilidade | 28,00 | 16,60 |
| BB Ações Governança | 1.245,39 | 745,48 |
| BB RF Ref DI Social 50 | 232,49 | 404,57 |
| BB Ações Carbono Sustent | 3,67 | 4,56 |
| BB MM Global Vita Pvt | 494,23 | 118,67 |
| BB MM Global Green Pvt | 344,45 | 135,65 |
| BB Ações Equidade FIC | 51,87 | 61,58 |
| BB Ações Equidade Private FIC | 215,46 | 232,52 |
| BB Asset Ações Equidade FIC | 2,10 | 2,33 |
| BB Ações ESG Globais BDR I | 528,48 | 77,43 |
| Total | 3.146,14 | 1.799,39 |

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez, crédito, operacional, estratégia, reputação e segurança da informação - inerente aos seus produtos e serviços.

Risco de Mercado

Utilizamos, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, *Perda Máxima*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo, utilizamos a métrica de L*VaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos.



Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela nossa equipe de Análise de Crédito, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões, mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.

As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas no Manual de Análise de Crédito e Operações Estruturadas, aprovado pela nossa Diretoria Executiva, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Ativos, órgão colegiado formado por seis executivos, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos nossos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização da relação risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

Para a gestão do risco de crédito do portfólio utilizamos a métrica Grau de Especificidade de Ativos (GEA), que incorpora os fatores de risco prazo, Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH), rating e participação no patrimônio líquido do fundo, visando capturar possíveis impactos no curso natural da qualidade de crédito que se busca atender.

A mensuração do Risco de Crédito é realizada considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes nas carteiras de crédito dos fundos de investimento que possam ser avaliados, que possibilitem a manutenção consistente de seus históricos mensais de avaliação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a métrica de cálculo do Risco de Crédito considera nula ou inexistente sua participação no resultado da mensuração.

A avaliação qualitativa do risco de crédito em condições de estresse, para os ativos do fundo, é realizada mediante aplicação de parâmetros de choque definidos sobre o rating dos instrumentos do emissor mais concentrado, os quais refletem situações de redução da qualidade de sua classificação de risco.

Riscos Corporativos

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruímos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

A gestão do risco socioambiental é balizada pela Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), Política Específica de Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo Risco de Crédito da Contraparte (RCC) e de Concentração em Fundos de Investimento sob a gestão da BB DTVM e Política Específica de Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores, todas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes dessas políticas, ao incorporarem fatores socioambientais (situações e/ou circunstâncias que podem levar ao aumento da probabilidade de ocorrência de risco) nas decisões de investimento e práticas de seleção de ativos, buscam mitigar os riscos, ampliar o retorno financeiro e atender às expectativas dos *stakeholders*.



As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.



BALANÇO PATRIMONIAL

| ATIVO | Nota | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 5 | 2.175.114 | 1.417.958 |
| Ativos Financeiros | | 450.161 | 596.065 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 7 | 16.776 | 45.955 |
| Rendas a receber | 8 | 119.702 | 39.219 |
| Negociação e intermediação de valores | 9.a | 249.722 | 448.139 |
| Outros ativos financeiros | 10.a | 63.961 | 62.752 |
| (Provisões para perdas associadas ao risco de crédito) | | (680) | (740) |
| (Outros ativos financeiros) | 11.a | (680) | (740) |
| Ativos Fiscais | | 54.047 | 62.136 |
| Correntes | | 46.964 | 54.291 |
| Diferidos | 16.e | 7.083 | 7.845 |
| Investimentos | 12 | 2.000 | 46.252 |
| Outros investimentos | | 2.019 | 54.379 |
| (Perdas por redução ao valor recuperável) | | (19) | (8.127) |
| Outros Ativos | 10.b | 9.669 | 15.448 |
| TOTAL DO ATIVO | | 2.690.311 | 2.137.119 |



| PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---------------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Passivos Financeiros | | 249.400 | 447.126 |
| Negociação e intermediação de valores | 9.b | 249.400 | 447.126 |
| Provisões | | 10.523 | 8.414 |
| Fiscais, cíveis e trabalhistas | 19.b | 7.232 | 6.705 |
| Outras provisões | 11.b | 3.291 | 1.709 |
| Obrigações Fiscais | | 934.841 | 818.651 |
| Correntes | | 934.724 | 817.502 |
| Diferidos | 16.d | 117 | 1.149 |
| Outros Passivos | 10.c | 282.248 | 729.754 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.213.299 | 133.174 |
| Capital | 15.a | 109.699 | 109.699 |
| Reserva de Capital | 15.b | 1.455 | 1.362 |
| Reserva de Lucros | 15.b | 1.103.447 | 21.939 |
| Outros Resultados Abrangentes | 15.d | 153 | 1.536 |
| (Ações em Tesouraria) | 15.e | (1.455) | (1.362) |
| TOTAL DO PASSIVO | | 2.690.311 | 2.137.119 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

| | Nota | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|-------------|------------------|--------------------|------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 17.266 | 36.664 | 61.482 |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez | 6.b | 16.146 | 33.018 | 59.146 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 7.b | 1.120 | 3.646 | 2.336 |
| PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO | | 67 | 60 | (5) |
| Outros ativos financeiros | 11.a | 67 | 60 | (5) |
| RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 17.333 | 36.724 | 61.477 |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | | 1.312.875 | 2.595.837 | 2.221.943 |
| Receitas de prestação de serviços | 13.a e 13.b | 1.510.826 | 2.974.272 | 2.557.384 |
| Despesas de pessoal | 13.c | (54.419) | (108.251) | (100.856) |
| Outras despesas administrativas | 13.d | (19.834) | (32.269) | (28.909) |
| Despesas tributárias | 16.c | (102.143) | (200.725) | (173.706) |
| Outras receitas/despesas | 13.e e 13.f | (21.555) | (37.190) | (31.970) |
| Provisões | | (873) | (466) | (226) |
| Fiscais, cíveis e trabalhistas | 19.b | (873) | (527) | (226) |
| Outras | | -- | 61 | -- |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 1.329.335 | 2.632.095 | 2.283.194 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 14 | (52.361) | (52.361) | (1.992) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES | | 1.276.974 | 2.579.734 | 2.281.202 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 16 | (511.459) | (1.032.409) | (901.393) |
| PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO | | (1.197) | (2.313) | (2.004) |
| LUCRO LÍQUIDO | | 764.318 | 1.545.012 | 1.377.805 |
| LUCRO POR AÇÃO | | | | |
| Número de ações | | 100.000.000 | 100.000.000 | 100.000.000 |
| Lucro líquido por ação (R\$) | | 7,64 | 15,45 | 13,78 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

| | Nota | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|---|------|------------------|------------------|------------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | | 764.318 | 1.545.012 | 1.377.805 |
| Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | |
| Ganho/(Perda) não realizado sobre ativos financeiros disponíveis para venda | 15.d | (445) | (2.417) | 2.415 |
| Efeito fiscal | 15.d | 190 | 1.034 | (1.033) |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO | | 764.063 | 1.543.629 | 1.379.187 |



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| EVENTOS | Nota | Capital | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | | Outros Resultados Abrangentes | Ações em Tesouraria | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total |
|--|------|----------------|--------------------|--------------------|-----------------------|-------------------------------|---------------------|--------------------------------|------------------|
| | | | | Reserva Legal | Reservas Estatutárias | | | | |
| Saldos em 31.12.2018 | | 109.699 | 1.224 | 21.939 | -- | 154 | (1.224) | -- | 131.792 |
| Ajustes de avaliação patrimonial - TVM | 15.d | -- | -- | -- | -- | 1.382 | -- | -- | 1.382 |
| Transações com pagamento baseado em ações | | -- | 138 | -- | -- | -- | (138) | -- | -- |
| Lucro líquido do período | | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1.377.805 | 1.377.805 |
| Destinações: | 15.c | | | | | | | | |
| - Dividendos (R\$ 13.778,05 por lote de mil ações) | | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (1.377.805) | (1.377.805) |
| Saldos em 31.12.2019 | | 109.699 | 1.362 | 21.939 | -- | 1.536 | (1.362) | -- | 133.174 |
| Mutações do exercício | | -- | 138 | -- | -- | 1.382 | (138) | -- | 1.382 |
| Saldos em 30.06.2020 | | 109.699 | 1.455 | 21.939 | 585.520 | 408 | (1.455) | -- | 717.566 |
| Ajustes de avaliação patrimonial - TVM | 15.d | -- | -- | -- | -- | (255) | -- | -- | (255) |
| Lucro líquido do período | | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 764.318 | 764.318 |
| Destinações: | 15.c | | | | | | | | |
| - Reserva Estatutária | | -- | -- | -- | 495.988 | -- | -- | (495.988) | -- |
| - Dividendos (R\$ 2.683,30 por lote de mil ações) | | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (268.330) | (268.330) |
| Saldos em 31.12.2020 | | 109.699 | 1.455 | 21.939 | 1.081.508 | 153 | (1.455) | -- | 1.213.299 |
| Mutações do período | | -- | -- | -- | 495.988 | (255) | -- | -- | 495.733 |
| Saldos em 31.12.2019 | | 109.699 | 1.362 | 21.939 | -- | 1.536 | (1.362) | -- | 133.174 |
| Ajustes de avaliação patrimonial - TVM | 15.d | -- | -- | -- | -- | (1.383) | -- | -- | (1.383) |
| Transações com pagamento baseado em ações | | -- | 93 | -- | -- | -- | (93) | -- | -- |
| Lucro líquido do período | | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1.545.012 | 1.545.012 |
| Destinações: | 15.c | | | | | | | | |
| - Reserva Estatutária | | -- | -- | -- | 1.081.508 | -- | -- | (1.081.508) | -- |
| - Dividendos (R\$ 4.635,04 por lote de mil ações) | | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (463.504) | (463.504) |
| Saldos em 31.12.2020 | | 109.699 | 1.455 | 21.939 | 1.081.508 | 153 | (1.455) | -- | 1.213.299 |
| Mutações do exercício | | -- | 93 | -- | 1.081.508 | (1.383) | (93) | -- | 1.080.125 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|---|------------------|------------------|--------------------|
| FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES | | | |
| Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.276.974 | 2.579.734 | 2.281.202 |
| Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 45.058 | 44.719 | 3.391 |
| Reforço (Reversão) de provisões operacionais | (67) | (60) | 5 |
| Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos | (8.109) | (8.109) | 1.189 |
| Reforço de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas | 873 | 527 | 227 |
| Perdas em ações e cotas | 52.361 | 52.361 | 1.970 |
| Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.322.032 | 2.624.453 | 2.284.593 |
| Variações Patrimoniais | | | |
| (Aumento) Redução em outros créditos | (134.358) | 129.821 | (247.712) |
| (Aumento) Redução em outros valores e bens | 29 | 7 | (10) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social pagos | (61.937) | (875.971) | (882.586) |
| (Redução) Aumento de outras obrigações | 52.601 | (232.373) | 197.825 |
| CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES | 1.178.367 | 1.645.937 | 1.352.110 |
| FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| (Aquisição) Baixa/Alienação de títulos disponíveis para venda | 13.284 | 27.796 | (20.303) |
| Aquisição de investimentos | -- | -- | (9.774) |
| CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | 13.284 | 27.796 | (30.077) |
| FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Dividendos pagos | (195.867) | (916.577) | (1.269.220) |
| CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (195.867) | (916.577) | (1.269.220) |
| Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | 995.784 | 757.156 | 52.813 |
| Início do período | 1.179.330 | 1.417.958 | 1.365.145 |
| Fim do período | 2.175.114 | 2.175.114 | 1.417.958 |
| Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa | 995.784 | 757.156 | 52.813 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

| | Nota | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 | | |
|---|----------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| RECEITAS | | 1.466.642 | 2.947.738 | 2.609.117 | | |
| Prestação de serviços e tarifas bancárias | 13.a e 13.b | 1.510.826 | 2.974.272 | 2.557.384 | | |
| Intermediação financeira | 6.b e 7.b | 17.266 | 36.664 | 61.482 | | |
| Provisão para perdas associadas ao risco de crédito | 11.a | 67 | 60 | (5) | | |
| Outras receitas / (despesas) | | (61.517) | (63.258) | (9.744) | | |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | (30.941) | (54.708) | (48.308) | | |
| Serviços do sistema financeiro | 13.d | (1.210) | (2.367) | (4.158) | | |
| Comunicações | 13.d | (5.521) | (9.607) | (8.109) | | |
| Transporte | 13.d | (199) | (473) | (446) | | |
| Manutenção e conservação de bens | 13.d | (452) | (748) | (803) | | |
| Materiais, energia e outros | | (390) | (857) | (812) | | |
| Serviços de terceiros | | (40) | (60) | (62) | | |
| Suporte operacional BB | 13.f | (13.272) | (26.760) | (24.445) | | |
| Outros | | (9.857) | (13.836) | (9.473) | | |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | | 1.435.701 | 2.893.030 | 2.560.809 | | |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | | 1.435.701 | 2.893.030 | 2.560.809 | | |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | | 1.435.701 | 100,00% | 2.893.030 | 100,00% | 2.560.809 |
| VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO | | 1.435.701 | 100,00% | 2.893.030 | 100,00% | 2.560.809 |
| PESSOAL | | 48.881 | 3,40% | 97.215 | 3,36% | 90.450 |
| Salários e honorários | | 35.150 | | 70.408 | | 65.806 |
| Benefícios e treinamentos | | 5.680 | | 10.943 | | 9.325 |
| FGTS | | 2.064 | | 4.084 | | 4.110 |
| Participação de administradores no lucro | | 1.197 | | 2.313 | | 2.004 |
| Outros encargos | | 4.790 | | 9.467 | | 9.205 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES | | 620.337 | 43,21% | 1.246.482 | 43,09% | 1.087.508 |
| Federais | | 589.356 | | 1.185.985 | | 1.036.126 |
| Municipais | | 30.981 | | 60.497 | | 51.382 |
| REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS | | 2.165 | 0,15% | 4.321 | 0,15% | 5.046 |
| Aluguéis | 13.d | 2.165 | | 4.321 | | 5.046 |
| REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS | | 764.318 | 53,24% | 1.545.012 | 53,40% | 1.377.805 |
| Dividendos | | 268.330 | | 463.504 | | 1.377.805 |
| Lucro Retido | | 495.988 | | 1.081.508 | | -- |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM ou Instituição) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, com atuação em todo o território nacional. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 22.02.2021.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da BB DTVM. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de a BB DTVM continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência da BB DTVM no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos os países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.



d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

e) Alterações na apresentação das demonstrações contábeis

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Resolução BCB n.º 2/2020, a BB DTVM realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo às respectivas Resoluções, dentre as quais destacamos:

Balanco Patrimonial

- Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

- Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;
- Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado. Inclusão das Notas Explicativas: n.º 04 – Principais julgamentos e estimativas contábeis, n.º 8 – Rendas a receber, n.º 9 – Negociação e intermediação de valores, n.º 10 – Outros ativos e passivos e n.º 11 – Provisões.

Outras informações

A BB DTVM não adotou a prerrogativa da Resolução CMN n.º 4.720/2019 de elaborar demonstrações contábeis intermediárias condensadas e divulgação com notas explicativas selecionadas. Também de acordo com a referida Resolução, a BB DTVM está apresentando como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável:

| Pronunciamento CPC | Resolução CMN |
|--|--------------------------|
| CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN 4.144/2012 |
| CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN 3.566/2008 |
| CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN 4.720/2019 |
| CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN 4.818/2020 |
| CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN 3.989/2011 |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN 4.007/2011 |
| CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução CMN 3.973/2011 |



| Pronunciamento CPC | Resolução CMN |
|---|--------------------------|
| CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN 3.823/2009 |
| CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução CMN 4.424/2015 |
| CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução CMN 4.748/2019 |

A BB DTVM aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976:

| Pronunciamento CPC |
|---|
| CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) |

g) Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre nova norma que foi recentemente emitida pelo órgão regulador, a ser adotada pela BB DTVM em data posterior à 31.12.2020:

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor em 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços da BB DTVM são compostas, principalmente, por rendas com taxas de administração de fundos de investimentos e carteiras administradas. A taxa de administração é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo ou carteira, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada diariamente.

Além da taxa de administração, a Instituição pode receber, semestralmente, receitas de taxa de performance, desde que previsto no regulamento do fundo de investimento. Essa receita é obtida sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado.



c) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB DTVM, estão mensurados a valor presente, uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 5 e 6).

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 6).

f) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 7) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 11.a)



h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

| Tributos | Alíquota |
|---|-----------------|
| Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%) | 25% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL | 15% |
| PIS/Pasep | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins | 4% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | Até 5% |

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 16.e) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases e mensurados por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras com base nas alíquotas aplicáveis ao período de sua realização, de acordo com a Resolução CMN 3.059/2002 e circular Bacen 3.171/2002.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 12).

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do Resultado.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A BB DTVM constitui provisões (Nota 19) quando as condições mostram que:

- (i) a BB DTVM possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

A BB DTVM monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados; e
- (iv) a experiência com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, a BB DTVM considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

m) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

n) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

o) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.

p) Resultados Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 20.



4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela BB DTVM poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB DTVM e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de redução ao valor recuperável, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por desvalorização.

Com a finalidade de aderência ao teste de imparidade, a BB DTVM elaborou em 2013, metodologia específica para a aplicação nos certificados de investimento audiovisuais (CAV). Tal metodologia foi elaborada internamente, principalmente em razão da ausência de referências no mercado e tem, como foco central, o ciclo de vida dos certificados e os possíveis benefícios por eles gerados, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Em 2020, a BB DTVM reavaliou a metodologia de contabilização e provisionamento dos certificados audiovisuais (CAV), à luz dos critérios de mensuração e reconhecimento das práticas contábeis aplicáveis a ativos financeiros, com o objetivo de registrá-los a valores recuperáveis, incluindo a avaliação de recuperabilidade para cada filme.

Sendo assim, após realizações de estudos, com intuito de reduzir o prazo de perda por imparidade dos CAVs, atualmente em 10 anos, foi definida a perda por imparidade de 100% dos ativos no ano de aquisição, além de todo estoque existente.

A nova metodologia refletirá melhor os valores não recuperáveis dos Certificados, uma vez que o benefício fiscal ocorre integralmente no ano de aquisição, e de não haver liquidez no mercado secundário para esse tipo de ativo.

Entende-se assim que, apesar da baixa do ativo ocorrer no ano de aquisição, os benefícios fiscais, os ganhos de imagem, com a exibição da obra em diversos meios de comunicação, e possíveis ganhos financeiros, com a participação no faturamento líquido da obra, permanecerão vinculados ao processo.

b) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pela BB DTVM estão sujeitas ao pagamento de impostos onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.



As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela BB DTVM no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela BB DTVM, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

c) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a BB DTVM possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da BB DTVM é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela BB DTVM para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela BB DTVM que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (ii) alterações nas taxas de juros;
- (iii) mudanças nos índices de inflação;
- (iv) processos ou disputas judiciais adversas;
- (v) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento;
- (vi) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- (vii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

d) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.



5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|------------------|------------------|
| Disponibilidades | 808 | 606 |
| Depósitos bancários | 808 | 606 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾ | 2.174.306 | 1.417.352 |
| Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada | 2.174.306 | 1.417.352 |
| Total | 2.175.114 | 1.417.958 |

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam baixo risco de mudança de valor justo.

6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|------------------|------------------|
| Aplicações no Mercado Aberto | | |
| Revendas a Liquidar – posição bancada | 2.174.306 | 1.417.352 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 2.174.306 | 1.417.352 |
| Total | 2.174.306 | 1.417.352 |
| Ativo circulante | 2.174.306 | 1.417.352 |

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|---|------------------|----------------|----------------|
| Rendas de Aplicações no Mercado Aberto | 16.146 | 33.018 | 59.146 |
| Posição bancada | 16.146 | 33.018 | 59.146 |
| Total | 16.146 | 33.018 | 59.146 |


7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

| Vencimento em Dias | 31.12.2020 | | | | | 31.12.2019 | | |
|---------------------------------------|------------------|--------------|----------------|------------------|--------------------|----------------|------------------|--------------------|
| | Valor de Mercado | | Total | | | Total | | |
| | Sem Vencimento | Acima de 360 | Valor de Custo | Valor de Mercado | Marcação a Mercado | Valor de Custo | Valor de Mercado | Marcação a Mercado |
| Títulos Disponíveis para Venda | 16.776 | -- | 16.509 | 16.776 | 267 | 43.270 | 45.955 | 2.685 |
| Títulos Públicos | -- | -- | -- | -- | -- | 10.270 | 10.470 | 200 |
| Títulos Públicos Federais | -- | -- | -- | -- | -- | 10.270 | 10.470 | 200 |
| Títulos Privados | 16.776 | -- | 16.509 | 16.776 | 267 | 33.000 | 35.485 | 2.485 |
| Cotas de fundos de investimento | 16.776 | -- | 16.509 | 16.776 | 267 | 33.000 | 35.485 | 2.485 |
| Total | 16.776 | -- | 16.509 | 16.776 | 267 | 43.270 | 45.955 | 2.685 |

| Vencimento em Dias | 31.12.2020 | | | | | 31.12.2019 | | |
|---------------------|------------------|--------------|----------------|------------------|--------------------|----------------|------------------|--------------------|
| | Valor de Mercado | | Total | | | Total | | |
| | Sem Vencimento | Acima de 360 | Valor de Custo | Valor de Mercado | Marcação a Mercado | Valor de Custo | Valor de Mercado | Marcação a Mercado |
| Por Carteira | 16.776 | -- | 16.509 | 16.776 | 267 | 43.270 | 45.955 | 2.685 |
| Carteira própria | 16.776 | -- | 16.509 | 16.776 | 267 | 43.270 | 45.955 | 2.685 |

| Vencimento em Anos ⁽¹⁾ | 31.12.2020 | | | 31.12.2019 | | |
|-----------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor de Mercado | Total | | Valor de Mercado | Total | |
| | Sem Vencimento | Valor de Custo | Valor de Mercado | Sem Vencimento | Valor de Custo | Valor de Mercado |
| Por Categoria | 16.776 | 16.509 | 16.776 | 45.955 | 43.270 | 45.955 |
| Títulos disponíveis para venda | 16.776 | 16.509 | 16.776 | 45.955 | 43.270 | 45.955 |

(1) A BB DTVM não possui investimentos a vencer após 10 anos.

| | 31.12.2020 | | | 31.12.2019 | | |
|---------------------|----------------|-------------|---------------|----------------|-------------|---------------|
| | Valor Contábil | | | Valor Contábil | | |
| | Circulante | Longo Prazo | Total | Circulante | Longo Prazo | Total |
| Por Carteira | 16.776 | -- | 16.776 | 45.955 | -- | 45.955 |
| Carteira própria | 16.776 | -- | 16.776 | 45.955 | -- | 45.955 |

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

| | 31.12.2020 | | 31.12.2019 | |
|--------------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| Total por Categoria | 16.776 | 100% | 45.955 | 100% |
| Títulos disponíveis para venda | 16.776 | 100% | 45.955 | 100% |


Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

| Nome do Fundo | Administrador | 31.12.2020 | | 31.12.2019 | |
|---|---------------|---------------------|----------------|------------------|------------------|
| | | Quantidade de Cotas | Valor de Custo | Valor de Mercado | Valor de Mercado |
| Títulos Disponíveis para Venda | | | | | |
| BB Previdenciário Multimercado Alocação FI | BB DTVM | 5.108.761 | 5.109 | 5.309 | -- |
| BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I FIC FI | BB DTVM | 1.500.000 | 1.500 | 1.548 | -- |
| BB Espelho Multimercado Canvas Vector | BB DTVM | 1.500.000 | 1.500 | 1.519 | -- |
| BB Espelho Multimercado Occam Equity Hedge | BB DTVM | 1.500.000 | 1.500 | 1.502 | -- |
| BB Espelho Ações Leblon | BB DTVM | 1.500.000 | 1.500 | 1.500 | -- |
| BB Asset Ações Nordea Global Climate | BB DTVM | 1.200.000 | 1.200 | 1.202 | -- |
| BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15 | BB DTVM | 1.200.000 | 1.200 | 1.195 | -- |
| BB RF Tesouro Inflação Curta | BB DTVM | 1.000.000 | 1.000 | 1.001 | -- |
| BB RF Tesouro Prefixado | BB DTVM | 1.000.000 | 1.000 | 1.000 | -- |
| BB RF LP Tesouro Inflação FIC FI | BB DTVM | 1.000.000 | 1.000 | 1.000 | -- |
| BB RF Estratégia Ativa | BB DTVM | -- | -- | -- | 10.031 |
| BB Previdenciário Multimercado Alocação Imobiliária FI | BB DTVM | -- | -- | -- | 6.691 |
| BB Espelho MM Truxt I Macro Estilo | BB DTVM | -- | -- | -- | 5.171 |
| BB Asset MM LP Multiestratégia | BB DTVM | -- | -- | -- | 3.101 |
| BB MM Multigestor Selection FIC FI | BB DTVM | -- | -- | -- | 3.064 |
| BB Asset RF LP Bonds Globais | BB DTVM | -- | -- | -- | 3.045 |
| BB Asset Ações Equidade FIC | BB DTVM | -- | -- | -- | 2.333 |
| BB Espelho Multimercado Kapitalo Kappa | BB DTVM | -- | -- | -- | 2.049 |
| Total | | 16.508.761 | 16.509 | 16.776 | 35.485 |
| Títulos Mantidos até o Vencimento | | | | | |
| FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura ⁽¹⁾ | BB DTVM | 5.742 | -- | -- | -- |
| Total | | 5.742 | -- | -- | -- |

(1) FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura teve o saldo integralmente desvalorizado em 30.09.2017.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 1.120 | 3.646 | 2.336 |
| Total | 1.120 | 3.646 | 2.336 |

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários em 31.12.2020 e 31.12.2019.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31.12.2020 e 31.12.2019.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.



f) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Instituição são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Instituição estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

| | 31.12.2020 | | | |
|--|---------------|---------|---------------|---------|
| | Saldo | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos | 16.776 | -- | 16.776 | -- |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado | 16.776 | -- | 16.776 | -- |

| | 31.12.2019 | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------|
| | Saldo | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos | 45.955 | 10.470 | 35.485 | -- |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado | 45.955 | 10.470 | 35.485 | -- |

8 - RENDAS A RECEBER

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---|----------------|---------------|
| Bônus de <i>performance</i> | 90.715 | 14.066 |
| Taxa de administração mensal de fundos | 11.362 | 10.867 |
| Taxa de administração diária de fundos | 9.881 | 9.065 |
| Taxa de administração de carteiras | 3.986 | 2.008 |
| Distribuição de cotas | 2.802 | 2.067 |
| Taxa de administração de fundos - outros bancos | 735 | 767 |
| Taxa de gestão de fundos | 221 | 187 |
| Taxa de administração de fundos <i>offshore</i> | -- | 192 |
| Total | 119.702 | 39.219 |
| Ativo circulante | 119.702 | 39.219 |



9 - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Negociação e intermediação de valores - Ativos Financeiros

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|----------------|----------------|
| Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾ | 249.722 | 448.139 |
| Total | 249.722 | 448.139 |
| Ativo circulante | 249.722 | 448.139 |

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

b) Negociação e intermediação de valores - Passivos Financeiros

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---|----------------|----------------|
| Credores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾ | 248.523 | 446.442 |
| Credores – liquidações pendentes – outros ⁽²⁾ | 877 | 684 |
| Total | 249.400 | 447.126 |
| Passivo circulante | 249.400 | 447.126 |

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.

10 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos Financeiros

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|---------------|---------------|
| Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾ (Nota 19.d) | 63.127 | 61.918 |
| Opções por incentivos fiscais | 834 | 834 |
| Total | 63.961 | 62.752 |
| Ativo não circulante | 63.961 | 62.752 |

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

b) Outros Ativos

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|--------------|---------------|
| Devedores diversos – País | 9.544 | 2.285 |
| Despesas antecipadas | 289 | 296 |
| Falha em serviço e/ou fraude interna - em apuração | (164) | (164) |
| Valores a receber de sociedades ligadas | -- | 13.031 |
| Total | 9.669 | 15.448 |
| Ativo circulante | 9.669 | 15.448 |



c) Outros Passivos

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Dividendos e bonificações a pagar | 268.330 | 715.897 |
| Valores a pagar a sociedades ligadas | 13.840 | 13.711 |
| Credores diversos - País | 78 | 146 |
| Total | 282.248 | 729.754 |
| Passivo circulante | 282.248 | 729.754 |

11 - PROVISÕES

a) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito - Outros Ativos Financeiros

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|-----------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Saldo Inicial | 747 | 740 | 735 |
| Constituição/Reversão | (67) | (60) | 5 |
| Saldo Final ⁽¹⁾ | 680 | 680 | 740 |
| Ativo não circulante | 680 | 680 | 740 |

(1) Provisão constituída em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor - R\$ (680) mil (R\$ (740) mil em 31.12.2019), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

b) Outras provisões

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|--------------|--------------|
| Provisão para participações nos lucros | 1.664 | 1.384 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 1.336 | 35 |
| Gratificações e participações a pagar | 291 | 290 |
| Total | 3.291 | 1.709 |
| Passivo circulante | 2.313 | 872 |
| Passivo não circulante | 978 | 837 |

12 - INVESTIMENTOS

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---|--------------|---------------|
| Ações e cotas ⁽¹⁾ | 2.000 | 2.000 |
| Participações de capital por incentivos fiscais | 19 | 19 |
| Certificados de investimento | -- | 52.360 |
| Subtotal | 2.019 | 54.379 |
| (Perdas por redução ao valor recuperável) | (19) | (8.127) |
| Total | 2.000 | 46.252 |

(1) Refere-se a aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).


13 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Administração de fundos de investimento ⁽¹⁾ | 992.551 | 2.002.996 | 1.693.527 |
| Fundos de rede | 533.835 | 1.115.460 | 1.230.553 |
| Fundos exclusivos | 447.799 | 865.603 | 438.385 |
| Fundos extramercado | 10.188 | 20.297 | 17.803 |
| Fundos de capital estrangeiro | 729 | 1.636 | 6.786 |
| Bônus de <i>performance</i> | 90.963 | 97.274 | 30.523 |
| Administração de carteiras | 32.540 | 67.360 | 22.263 |
| Distribuição de cotas de fundos de investimento ⁽²⁾ | 16.412 | 31.385 | 26.970 |
| Taxa de saída | 2.861 | 8.345 | 11.081 |
| Taxas de gestão recebidas do exterior | 1.448 | 2.547 | 2.324 |
| Gestão de fundos de investimento | 1.187 | 2.300 | 2.512 |
| Serviços prestados a ligadas | -- | -- | 24.514 |
| Outras | 256 | 522 | 567 |
| Total | 1.138.218 | 2.212.729 | 1.814.281 |

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas | 372.608 | 761.543 | 743.103 |
| Total | 372.608 | 761.543 | 743.103 |

c) Despesas de Pessoal

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Proventos | (32.406) | (64.471) | (61.161) |
| Encargos sociais | (13.589) | (26.900) | (25.725) |
| Benefícios | (4.992) | (9.851) | (8.327) |
| Honorários | (2.481) | (5.349) | (4.099) |
| Outras | (951) | (1.680) | (1.544) |
| Total | (54.419) | (108.251) | (100.856) |



d) Outras Despesas Administrativas

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|---|------------------|-----------------|-----------------|
| Comunicações | (5.521) | (9.607) | (8.109) |
| Aluguéis | (2.165) | (4.321) | (5.046) |
| Contribuições filantrópicas ⁽¹⁾ | (3.444) | (4.098) | (2.780) |
| Serviços técnicos especializados | (2.053) | (2.806) | (1.054) |
| Serviços do sistema financeiro ⁽²⁾ | (1.210) | (2.367) | (4.158) |
| Condomínio | (875) | (1.790) | (1.943) |
| Programa de Reconhecimento de Funcionários | (1.322) | (1.322) | -- |
| Promoções e relações públicas | (1.082) | (1.224) | (1.281) |
| Manutenção e conservação de bens | (452) | (748) | (803) |
| Água, energia e gás | (315) | (636) | (646) |
| Despesas de viagem no país | (47) | (604) | (1.233) |
| Processamento de dados | (358) | (576) | (286) |
| Transporte | (199) | (473) | (446) |
| Outras | (791) | (1.697) | (1.124) |
| Total | (19.834) | (32.269) | (28.909) |

(1) Doações à projetos sociais coordenados pela Fundação Banco do Brasil (FBB), assim como doações no âmbito de projetos de voluntariado no BB, com interveniência da Diretoria de Governo (DIGOV), tendo como beneficiários: Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa Nacional de Apoio a Atenção Oncológica e Fundo Nacional do Idoso.

(2) Referem-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria.

e) Outras Receitas Operacionais

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Reversão de provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01 | 8.109 | 8.109 | 1.576 |
| Indébito tributário - ILL ⁽¹⁾ | 1.776 | 2.965 | 1.834 |
| Devedores por depósitos em garantia | 432 | 1.209 | 2.507 |
| Variações monetárias ativas | 144 | 1.093 | 8.291 |
| Outras | 14 | 91 | 48 |
| Total | 10.475 | 13.467 | 14.256 |

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário – ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|------------------|-----------------|-----------------|
| Banco do Brasil – suporte operacional | (13.272) | (26.760) | (24.445) |
| Patrocínio à cultura | (14.247) | (14.247) | (3.090) |
| Variações monetárias passivas ⁽¹⁾ | (3.538) | (8.352) | (14.167) |
| Contribuições a entidades de classe | (256) | (540) | (555) |
| Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01 | -- | -- | (2.765) |
| Outras | (717) | (758) | (1.204) |
| Total | (32.030) | (50.657) | (46.226) |

(1) Referem-se principalmente à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.



14 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|----------------------------------|------------------|-----------------|----------------|
| Despesas não operacionais | (52.361) | (52.361) | (1.992) |
| Prejuízo em ações e cotas | (52.361) | (52.361) | (1.970) |
| Outras despesas não operacionais | -- | -- | (22) |
| Total | (52.361) | (52.361) | (1.992) |

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 31.12.2020 e 31.12.2019, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 1.213.299 mil (R\$ 133.174 mil em 31.12.2019) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 12,13 por ação (R\$ 1,33 em 31.12.2019). O lucro por ação foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

b) Reservas de Capital e de Lucros

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---|------------------|---------------|
| Reserva de Capital | 1.455 | 1.362 |
| Transações com pagamento baseado em ações | 1.455 | 1.362 |
| Reserva de Lucros | 1.103.447 | 21.939 |
| Reserva legal | 21.939 | 21.939 |
| Reservas Estatutárias | 1.081.508 | -- |

A Reserva de Capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 29.05.2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução n.º 4.820, posteriormente alterada pela Resolução n.º 4.885 de 23.12.2020, a qual estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do Coronavírus (Covid-19), sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Dessa forma, ficou estabelecido que a distribuição do resultado até 31.12.2020 ficará limitada ao montante equivalente à 30% do lucro líquido ajustado, no termo do estabelecido pelo Art. 202 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976.

Sendo assim, foi constituída em 31.12.2020, uma reserva estatutária com o valor do lucro líquido excedente, sobre o dividendo mínimo obrigatório distribuído. A extrapolação dos limites de constituição da reserva estatutária, deverão ser submetidos à Assembleia Geral, para deliberação sobre a destinação dos valores na forma de dividendos ou aumento de capital, se for o caso.


c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Lucro Líquido do Período | 764.318 | 1.545.012 | 1.377.805 |
| Base de Cálculo | 764.318 | 1.545.012 | 1.377.805 |
| - Dividendo mínimo obrigatório | 191.080 | 386.253 | 344.451 |
| - Dividendo adicional | 77.250 | 77.251 | 1.033.354 |
| Total Destinado ao Acionista | 268.330 | 463.504 | 1.377.805 |
| Reserva Estatutária constituída no período | 495.988 | 1.081.508 | -- |
| Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações | -- | -- | -- |

d) Outros Resultados Abrangentes

| | 2º Semestre/2020 | | | 2º Semestre/2019 | | |
|---------------------------------------|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|
| | 30.06.2020 Saldo | Movimentação | 31.12.2020 Saldo | 30.06.2019 Saldo | Movimentação | 31.12.2019 Saldo |
| Títulos disponíveis para venda | | | | | | |
| Próprios | 713 | (445) | 268 | 1.661 | 1.024 | 2.685 |
| Efeitos tributários | (305) | 190 | (115) | (711) | (438) | (1.149) |
| Total | 408 | (255) | 153 | 950 | 586 | 1.536 |
| | Exercício/2020 | | | Exercício/2019 | | |
| | 31.12.2019 Saldo | Movimentação | 31.12.2020 Saldo | 31.12.2018 Saldo | Movimentação | 31.12.2019 Saldo |
| Títulos disponíveis para venda | | | | | | |
| Próprios | 2.685 | (2.417) | 268 | 270 | 2.415 | 2.685 |
| Efeitos tributários | (1.149) | 1.034 | (115) | (116) | (1.033) | (1.149) |
| Total | 1.536 | (1.383) | 153 | 154 | 1.382 | 1.536 |

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2020, foram adquiridas 15.998 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2019 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 15.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 3.210 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.220 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015, 2.078 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016, 4.052 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017 e 2.842 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2018.

Em março de 2019, foram adquiridas 14.218 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2018 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 15.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 2.850 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.412 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014, 5.220 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015, 2.078 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016 e 4.052 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017.

A empresa detém 31.496 ações (32.900 ações em 31.12.2019) correspondente ao saldo de R\$ 1.455 mil (R\$ 1.362 mil em 31.12.2019).



f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

| | Total de ações adquiridas | Custo médio de aquisição | Ações distribuídas | Ações a distribuir | Cronograma estimado de transferências |
|-------------------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|---------------------------------------|
| Programa 2016 | 10.397 | 32,84 | 8.319 | 2.078 | 03/2021 |
| Subtotal | | | | 2.078 | |
| Programa 2017 ⁽¹⁾ | 20.270 | 42,65 | 12.166 | 4.052 | 03/2021 |
| | | | | 4.052 | 03/2022 |
| Subtotal | | | | 8.104 | |
| Programa 2018 | 14.218 | 53,44 | 5.692 | 2.842 | 03/2021 |
| | | | | 2.842 | 03/2022 |
| | | | | 2.842 | 03/2023 |
| Subtotal | | | | 8.526 | |
| Programa 2019 | 15.998 | 46,07 | 3.210 | 3.197 | 03/2021 |
| | | | | 3.197 | 03/2022 |
| | | | | 3.197 | 03/2023 |
| | | | | 3.197 | 03/2024 |
| Subtotal | | | | 12.788 | |
| Total | | | | 31.496 | |

(1) As 1.197 ações, adquiridas ao custo médio de R\$ 26,78, que foram marcadas como pertencentes ao Programa RVA 2012, foram destinadas para utilização no Programa RVA 2017.

g) Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

O Conselho de Administração da BB DTVM aprovou em reunião de 19.06.2020, a implementação do Programa de Desempenho Gratificado (PDG), a partir do 2º semestre de 2020.

O PDG é uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho dos participantes, concedida semestralmente, que visa o reconhecimento do esforço individual e coletivo dos participantes que atingirem resultados superior ao ordinariamente esperado, contribuindo para a construção do resultado da BB DTVM.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa e o no Plano Diretor da BB DTVM.

O programa determina que a forma de pagamento esteja alinhada ao programa do Banco do Brasil, em que 50% da premiação deve ser pago por meio de ações do Banco e 50% em cartão Alelo premiação. O preço médio das ações é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.


16 - TRIBUTOS
a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|------------------------------|------------------|--------------------|------------------|
| Valores Correntes | (510.831) | (1.031.644) | (901.663) |
| IR e CSLL no País | (510.831) | (1.031.644) | (901.663) |
| Valores Diferidos | (628) | (765) | 270 |
| Ativo Fiscal Diferido | (628) | (765) | 270 |
| Diferenças intertemporais | (628) | (765) | 270 |
| Total | (511.459) | (1.032.409) | (901.393) |

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|---|------------------|--------------------|------------------|
| Resultado antes dos Tributos e Participações | 1.276.974 | 2.579.734 | 2.281.202 |
| Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%) | (510.790) | (1.031.894) | (912.481) |
| Outros valores | (669) | (515) | 11.088 |
| IR e CSLL do período | (511.459) | (1.032.409) | (901.393) |

c) Despesas Tributárias

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--------------|------------------|------------------|------------------|
| Cofins | (61.130) | (120.482) | (105.087) |
| ISSQN | (30.971) | (60.218) | (51.113) |
| PIS/Pasep | (9.934) | (19.579) | (17.077) |
| Outras | (108) | (446) | (429) |
| Total | (102.143) | (200.725) | (173.706) |

d) Passivo Fiscal Diferido

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---|------------|--------------|
| Decorrentes de Marcação a Mercado | 117 | 1.149 |
| Total das obrigações fiscais diferidas | 117 | 1.149 |
| Imposto de Renda | 65 | 640 |
| Contribuição Social | 39 | 384 |
| Cofins | 11 | 108 |
| PIS/Pasep | 2 | 17 |
| Passivo circulante | 117 | 1.149 |



e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

| Ativado | 31.12.2019 | 01.01 a 31.12.2020 | | 31.12.2020 |
|--|--------------|--------------------|----------------|--------------|
| | Saldo | Constituição | Baixa | Saldo |
| Diferenças Temporárias | 7.845 | 5.625 | (6.387) | 7.083 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 111 | 7 | (16) | 102 |
| Provisões passivas - fiscais | 2.288 | 4.765 | (4.388) | 2.665 |
| Provisões passivas - outras | 394 | 25 | (191) | 228 |
| Marcação a mercado | -- | 578 | (576) | 2 |
| Provisão para perdas permanentes | 3.558 | -- | -- | 3.558 |
| Outras provisões | 1.494 | 250 | (1.216) | 528 |
| Total dos Créditos Tributários Ativados | 7.845 | 5.625 | (6.387) | 7.083 |
| Imposto de Renda | 4.072 | 3.316 | (3.183) | 4.205 |
| Contribuição Social | 3.773 | 2.246 | (3.141) | 2.878 |
| Cofins | -- | 54 | (54) | -- |
| Pis/Pasep | -- | 9 | (9) | -- |
| Ativo não circulante | 7.845 | -- | -- | 7.083 |

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

| | Valor Nominal | Valor Presente |
|--|---------------|----------------|
| Em 2021 | -- | -- |
| Em 2022 | -- | -- |
| Em 2023 | 691 | 629 |
| Em 2024 | 1.214 | 1.043 |
| Em 2025 | 1.437 | 1.160 |
| Em 2026 | 1.347 | 1.021 |
| Em 2027 | 1.047 | 746 |
| Em 2028 | 687 | 460 |
| Em 2029 | 381 | 240 |
| Em 2030 | 279 | 164 |
| Total de créditos tributários em 31.12.2020 | 7.083 | 5.463 |

No período de 01.01 a 31.12.2020, observou-se que houve realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 6.387 mil.



17 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da BB DTVM, formado pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, foram:

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Honorários e encargos sociais | 2.351 | 5.090 | 4.888 |
| Diretoria Executiva | 2.156 | 4.687 | 4.609 |
| Conselho de Administração | 195 | 403 | 279 |
| Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais | 448 | 1.017 | 998 |
| Total | 2.799 | 6.107 | 5.886 |

Além disso, apesar do reduzido grau de risco a que estão sujeitos, a BB DTVM contrata seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva.

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 15).

A BB DTVM não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no período.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB), que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. Além disso, a BB DTVM realiza doações de recursos à Entidades de apoio à criança e ao adolescente, à idosos e de amparo a saúde. No 2º Semestre/2020 e no Exercício/2020, a BB DTVM realizou, respectivamente, contribuições filantrópicas nos valores de R\$ 3.444 mil e R\$ 4.098 mil (R\$ 1.518 mil no 2º Semestre/2019 e R\$ 2.780 no Exercício/2019) (Nota 13.d).

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.


Sumário das Transações com Partes Relacionadas

| | 31.12.2020 | | | Total |
|--|-------------|----------------------------|--------------------------------|-----------|
| | Controlador | Outras Partes Relacionadas | Pessoal-chave da administração | |
| Ativos | | | | |
| Disponibilidades (Nota 5) | 808 | -- | -- | 808 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.a) | 2.174.306 | -- | -- | 2.174.306 |
| Rendas a receber de administração de carteiras (1) | -- | 1.715 | -- | 1.715 |
| Passivos | | | | |
| Dividendos e bonificações a pagar (Nota 10.c) | 268.330 | -- | -- | 268.330 |
| Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 10.c) | 13.840 | -- | -- | 13.840 |
| 2º Semestre/2020 | | | | |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b) | 16.146 | -- | -- | 16.146 |
| Rendas de taxas de administração de carteiras (1) | -- | 26.385 | -- | 26.385 |
| Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos: | | | | |
| Seguros, Previdência e Capitalização (2) | -- | 338.264 | -- | 338.264 |
| Meios de Pagamento (3) | -- | 220 | -- | 220 |
| Investimentos (4) | -- | -- | -- | -- |
| Outros(5) | -- | 55 | -- | 55 |
| Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6) | -- | 3.197 | -- | 3.197 |
| Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração | -- | -- | 7 | 7 |
| Despesas tributárias | (109) | -- | -- | (109) |
| Despesas de pessoal | (53.782) | -- | -- | (53.782) |
| Despesas administrativas diversas | (11.938) | -- | -- | (11.938) |
| Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria | (804) | -- | -- | (804) |
| Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f) | (13.272) | -- | -- | (13.272) |
| Variações monetárias passivas (Nota 13.f) | (3.538) | -- | -- | (3.538) |
| Outras despesas operacionais | (231) | -- | -- | (231) |
| Exercício/2020 | | | | |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b) | 33.018 | -- | -- | 33.018 |
| Rendas de taxas de administração de carteiras (1) | -- | 55.476 | -- | 55.476 |
| Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos: | | | | |
| Seguros, Previdência e Capitalização (2) | -- | 661.007 | -- | 661.007 |
| Meios de Pagamento (3) | -- | 451 | -- | 451 |
| Investimentos (4) | -- | 3 | -- | 3 |
| Outros(5) | -- | 104 | -- | 104 |
| Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6) | -- | 6.190 | -- | 6.190 |
| Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração | -- | -- | 19 | 19 |
| Despesas tributárias | (422) | -- | -- | (422) |
| Despesas de pessoal | (107.070) | -- | -- | (107.070) |
| Despesas administrativas diversas | (22.071) | -- | -- | (22.071) |
| Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria | (1.552) | -- | -- | (1.552) |
| Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f) | (26.760) | -- | -- | (26.760) |
| Variações monetárias passivas (Nota 13.f) | (8.352) | -- | -- | (8.352) |
| Outras despesas operacionais | (485) | -- | -- | (485) |



| | 31.12.2019 | | | Total |
|--|-------------|----------------------------|--------------------------------|-----------|
| | Controlador | Outras Partes Relacionadas | Pessoal-chave da administração | |
| Ativos | | | | |
| Disponibilidades (Nota 5) | 606 | -- | -- | 606 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.a) | 1.417.352 | -- | -- | 1.417.352 |
| Rendas a receber de administração de carteiras (1) | -- | 1.103 | -- | 1.103 |
| Valores a receber de sociedades ligadas (7) (Nota 10.b) | -- | 13.031 | -- | 13.031 |
| Passivos | | | | |
| Dividendos e bonificações a pagar (Nota 10.c) | 715.897 | -- | -- | 715.897 |
| Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 10.c) | 13.711 | -- | -- | 13.711 |
| 2º Semestre/2019 | | | | |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b) | 32.138 | -- | -- | 32.138 |
| Rendas de taxas de administração de carteiras (1) | -- | 6.376 | -- | 6.376 |
| Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos: | | | | |
| Seguros, Previdência e Capitalização (2) | -- | 143.926 | -- | 143.926 |
| Meios de Pagamento (3) | -- | 404 | -- | 404 |
| Investimentos (4) | -- | 12.865 | -- | 12.865 |
| Outros(5) | -- | 48 | -- | 48 |
| Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6) | -- | 2.936 | -- | 2.936 |
| Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração | -- | -- | 11 | 11 |
| Despesas tributárias | (31) | -- | -- | (31) |
| Despesas de pessoal | (51.386) | -- | -- | (51.386) |
| Despesas administrativas diversas | (10.428) | -- | -- | (10.428) |
| Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria | (2.164) | -- | -- | (2.164) |
| Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f) | (12.485) | -- | -- | (12.485) |
| Variações monetárias passivas (Nota 13.f) | (7.114) | -- | -- | (7.114) |
| Outras despesas operacionais | (196) | -- | -- | (196) |
| Exercício/2019 | | | | |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b) | 59.146 | -- | -- | 59.146 |
| Rendas de taxas de administração de carteiras (1) | -- | 12.084 | -- | 12.084 |
| Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos: | | | | |
| Seguros, Previdência e Capitalização (2) | -- | 270.660 | -- | 270.660 |
| Meios de Pagamento (3) | -- | 791 | -- | 791 |
| Investimentos (4) | -- | 24.523 | -- | 24.523 |
| Outros(5) | -- | 94 | -- | 94 |
| Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6) | -- | 5.827 | -- | 5.827 |
| Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração | -- | -- | 11 | 11 |
| Despesas tributárias | (415) | -- | -- | (415) |
| Despesas de pessoal | (99.968) | -- | -- | (99.968) |
| Despesas administrativas diversas | (20.505) | -- | -- | (20.505) |
| Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria | (3.365) | -- | -- | (3.365) |
| Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f) | (24.445) | -- | -- | (24.445) |
| Variações monetárias passivas (Nota 13.f) | (14.167) | -- | -- | (14.167) |
| Outras despesas operacionais | (436) | -- | -- | (436) |

(1) Refere-se a empresas do grupo BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg (Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros), Brasilprev Seguros e Previdência S.A. e Brasilcap Capitalização S.A..

(2) Refere-se ao BB Seguros Participações S.A. e coligadas Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg, Brasilseg Companhia de Seguros, Aliança do Brasil Seguros e IRB Brasil Resseguros S.A..

(3) Refere-se ao BB Elo Cartões Participações S.A. e coligadas Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A., Cielo S.A, Alelo S.A, Elo Participações Ltda, Elo Serviços S.A., IBI Promotora de Vendas Ltda., Livel S.A., Stelo S.A. e Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo LTDA.

(4) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e coligadas Kepler Weber e Kepler Weber Industrial S.A.

(5) Refere-se à Fundação Banco do Brasil.

(6) Refere-se às Entidades Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – Cassi, Economus - Instituto de Seguridade Social e BEP Caixa de Previdência Social – Prevbep.

(7) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB – Brazilian American Merchant Bank.





18 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 13.c).

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração (Em Reais):

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|--|------------|------------|
| Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A. (dotação) | 292 | 292 |
| Menor salário | 3.585,48 | 3.415,11 |
| Maior salário | 38.499,07 | 37.930,12 |
| Salário médio | 15.868,72 | 15.881,76 |
| Dirigentes | | |
| Presidente | 61.564,83 | 61.564,83 |
| Diretor | 52.177,45 | 52.177,45 |
| Conselheiros | | |
| Conselho Fiscal | 5.906,80 | 5.906,80 |
| Conselho de Administração | 5.906,80 | 5.906,80 |

19 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Provisões para Demandas Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda "provável".

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.

Ações Trabalhistas

A entidade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.



Movimentações na provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|-------------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Demandas Fiscais | | | |
| Saldo Inicial | 5.821 | 5.721 | 5.975 |
| Constituição | 11.712 | 11.712 | 71 |
| Reversão de provisão ⁽¹⁾ | (10.981) | (10.981) | (609) |
| Atualização Monetária | 112 | 212 | 284 |
| Saldo Final | 6.664 | 6.664 | 5.721 |
| Demandas Cíveis | | | |
| Saldo Inicial | 205 | 200 | 260 |
| Constituição | 14 | 14 | 21 |
| Reversão de provisão | (6) | (6) | (92) |
| Atualização Monetária | 5 | 10 | 11 |
| Saldo Final | 218 | 218 | 200 |
| Demandas Trabalhistas | | | |
| Saldo Inicial | 333 | 784 | 243 |
| Constituição | -- | 1 | 472 |
| Reversão de provisão | -- | (480) | -- |
| Atualização Monetária | 17 | 45 | 69 |
| Saldo Final | 350 | 350 | 784 |
| Total das Demandas | 7.232 | 7.232 | 6.705 |

(1) Inclui em 2020 o pagamento de R\$ 4.093 mil referente à adesão ao Programa Concilia Rio.

A administração da BB DTVM considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

| | Fiscais | Cíveis | Trabalhistas |
|-----------------|--------------|------------|--------------|
| Até 5 anos | 2.521 | 178 | 302 |
| Acima de 5 anos | 4.143 | 40 | 48 |
| Total | 6.664 | 218 | 350 |

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.



Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Demandas fiscais ⁽¹⁾ | 290.891 | 258.500 |
| Demandas cíveis | 10 | 15.170 |
| Total | 290.901 | 273.670 |

(1) As principais contingências têm origem em autos de infração lavrados pela Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, visando à cobrança do ISSQN, no montante de R\$ 264.251 mil, sendo certo que todos os autos de infração indicados estão 'sub judice' e os respectivos juízos devidamente garantidos.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

| | 31.12.2020 | 31.12.2019 |
|------------------|---------------|---------------|
| Demandas fiscais | 62.968 | 61.759 |
| Demandas cíveis | 159 | 159 |
| Total | 63.127 | 61.918 |

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.



20 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados “Itens não recorrentes”, com o respectivo efeito fiscal e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Adesão ao programa Concilia Rio: Diante de probabilidade de êxito em processo movido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro na cobrança de ISS de períodos anteriores, a BB DTVM constituiu, em julho de 2020, provisões para passivos fiscais. Com a confirmação de adesão ao programa Concilia Rio em novembro de 2020, a Instituição efetuou pagamento de DARM dos impostos devidos e realizou a reversão das provisões constituídas.

Baixa de certificados audiovisuais: Em 2020, a BB DTVM reavaliou a metodologia de contabilização e provisionamento dos certificados audiovisuais (CAV), à luz dos critérios de mensuração e reconhecimento das práticas contábeis aplicáveis a ativos financeiros, com o objetivo de registrá-los a valores recuperáveis, incluindo a avaliação de recuperabilidade para cada filme. Sendo assim, após realizações de estudos, com intuito de reduzir o prazo de perda por imparidade dos CAVs, atualmente em 10 anos, foi definida a perda por imparidade de 100% dos ativos no ano de aquisição, além de todo estoque existente.

| | 2º Semestre/2020 | Exercício/2020 | Exercício/2019 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Lucro Líquido | 764.318 | 1.545.012 | 1.377.805 |
| Itens Não Recorrentes | | | |
| Adesão ao programa Concilia Rio | (3.256) | (3.256) | -- |
| Baixa de certificados audiovisuais | (52.361) | (52.361) | -- |
| Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente | 22.247 | 22.247 | -- |
| Resultado Recorrente | 786.565 | 1.567.259 | 1.377.805 |

21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A BB DTVM considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- i. Risco Operacional;
- ii. Risco de Estratégia;
- iii. Risco de Reputação;
- iv. Risco de Segurança da Informação e Cibernética;
- v. Risco Socioambiental;
- vi. Risco de Liquidez;
- vii. Risco de Mercado; e
- viii. Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da empresa decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.



A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), fórum composto por Diretores.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de Value-at-Risk (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na BB DTVM, o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna.

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruímos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

A gestão do risco socioambiental é balizada pela Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), Política Específica de Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo Risco de Crédito da Contraparte (RCC) e de Concentração em Fundos de Investimento sob a gestão da BB DTVM e Política Específica de Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores, todas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes dessas políticas, ao incorporarem fatores socioambientais (situações e/ou circunstâncias que podem levar ao aumento da probabilidade de ocorrência de risco) nas decisões de investimento e práticas de seleção de ativos, buscam mitigar os riscos, ampliar o retorno financeiro e atender às expectativas dos stakeholders.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

b) Gerenciamento de Capital

É de responsabilidade do Controlador o gerenciamento de capital do conglomerado prudencial, no qual a BB DTVM está incluída, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017.



22 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Pandemia Coronavirus (Covid-19)

No Exercício/2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavirus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil, controlador da BB DTVM, adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, a BB DTVM, em consonância com o seu controlador Banco do Brasil, tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparada para continuar atendendo às demandas da sociedade, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Adicionalmente, a BB DTVM está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade das operações.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco do Brasil, controlador da BB DTVM, assinou em 16.07.2020 o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- Home office, teletrabalho ou trabalho à distância: prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- Férias: passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29 de abril para os funcionários que receberam comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- Banco de horas negativo: aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10% sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro/2020.
- Demais compromissos decorrentes da negociação: não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pela BB DTVM:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País;
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais;
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços;
- Liberação de terceirizados;
- Orientações para Trabalho Remoto e Assinatura Eletrônica;
- Home office para 100% dos funcionários;



- Redirecionamento dos ramais telefônicos;
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- Compromisso com a manutenção do atendimento, por telefone ou e-mail, e prestação dos serviços de gestão e administração de recursos.

Implicações Contábeis dos Efeitos do Coronavírus

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis da BB DTVM. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.:

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

a.1) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pela BB DTVM foram revisados, de forma a que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem, com maior nível de confiabilidade, a posição patrimonial e o resultado do período divulgado pela BB DTVM.

a.2) Receitas de Prestação de Serviços

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações no resultado da RPS por possível adequação/redução na taxa de administração, por posicionamento e maior competitividade no mercado em que atua, em virtude de redução da taxa Selic.

A BB DTVM permanece atenta à evolução da pandemia, avaliando o seu impacto nos negócios, visando a sustentabilidade da empresa.

a.3) Distribuição de Lucros

Em cumprimento a Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, posteriormente alterada pela Resolução nº 4.885 de 23.12.2020, a remuneração do capital (juros sobre o capital próprio e dividendos) fica limitada ao montante equivalente à 30% do lucro líquido ajustado, no termo do estabelecido pelo Art. 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

a.4) Gerenciamento de riscos e capital

- Liquidez - Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras de Risco

- Crédito, Mercado e Negócios – Manutenção da Política de Investimento dos Recursos Próprios, com diretriz principal de investimento em Operações Compromissadas com o Controlador;
- Risco Operacional - Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes);
- Reputação – Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos, de forma a mitigar eventuais consequências negativas.

b) Redução ao valor recuperável dos ativos

A BB DTVM realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais poderiam indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes do Covid-19 nos valores recuperáveis de investimentos e intangíveis.



c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item a.4 acima, a BB DTVM adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, permitindo verificar possíveis impactos da pandemia Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários.

As alterações no valor justo dos instrumentos, identificadas até o momento em decorrência da pandemia, não tiveram impacto significativo nas presentes demonstrações contábeis.

d) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizadas análises sobre os créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado da BB DTVM pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

e) Provisão para Demandas Contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

f) Planos de reestruturação

Não há expectativa de que ocorram reestruturações, como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pelo Covid-19.

g) Outros possíveis efeitos identificados/esperados

Assistência governamental

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. A BB DTVM não adotou a faculdade concedida.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, à Diretoria e aos Acionistas da

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB DTVM, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB DTVM continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da BB DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2021.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo semestre de 2020

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto por membros independentes e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC) são as responsáveis pelas auditorias dos fundos de investimentos administrados pela BB DTVM.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou regularmente reuniões internas, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da empresa. Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Unidade para acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, verifica, previamente à contratação para prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado, a existência de conflitos.



O Comitê realizou reuniões com a Deloitte e a KPMG com o objetivo de acompanhar o cumprimento dos planejamentos; avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados; e, examinar suas conclusões e recomendações.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de supervisão e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com atribuição estabelecida pela Lei das Estatais e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud inadequações às normas vigentes sobre transações com partes relacionadas.

VIII. Exposição de risco

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

IX. Demonstrações contábeis e Relatório da Administração

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2020.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê elaborou pareceres ao Conselho de Administração da BB DTVM em relação a revisões de políticas específicas.

Não houve recomendações no período.

XI. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da BB DTVM e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Deloitte atua com efetividade e independência;



- d) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente; e,
- e) as demonstrações contábeis de 31/12/2020 e o relatório da administração foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2021.

(voto registrado eletronicamente)
Egídio Otmar Ames

(voto registrado eletronicamente)
Luiz Spinola

(voto registrado eletronicamente)
Marcos Tadeu de Siqueira



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. manifesta-se, nesta data, favorável quanto ao encaminhamento do Relatório da Administração e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria à Assembleia Geral para deliberação e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, recomenda a aprovação das contas da Diretoria referentes ao exercício de 2020.

Em 22 de fevereiro de 2021.

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)

Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

George Alberto de Aguiar Soares

José Ricardo Fagonde Forni

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício efetuado pela Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação e deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Não obstante, observada as Resoluções CMN 4.820 e 4.885, tendo em vista o art. 199 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal recomenda que sejam tomadas as providências necessárias para a regularização das reservas de lucros.

Rio de Janeiro (RJ), 22 de fevereiro de 2021.

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Carlos Alexandre Jorge da Costa

Fernando Wandscheer de Moura Alves



DIRETORIA

PRESIDENTE

Aroldo Salgado de Medeiros Filho

DIRETORES

Aguinaldo Barbieri
Julio Cesar Vezaro
Marcelo Marques Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)
Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)
Bruno Nunes Sad
George Alberto de Aguiar Soares
José Ricardo Fagonde Forni
Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria
Manoel Gimenes Ruy

CONSELHO FISCAL

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Fernando Wandscheer de Moura Alves

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
541.035.920-87